

“Um trecho de História pôsto em Arte”

“Este inferno de amar”

Este inferno de amar – como eu amo!
 Quem mo pôs aqui n’alma... quem foi?
 Esta chama que alenta e consome,
 Que é a vida – e que a vida destrói –
 Como é que se veio a atear,
 Quando - ai quando se há-de ela apagar?

Eu não sei, não me lembra: o passado,
 A outra vida que dantes vivi
 Era um sonho talvez... – foi um sonho –
 Em que paz tão serena a dormi!
 Oh! que doce era aquele sonhar...
 Quem me veio, ai de mim! despertar?

Só me lembra que um dia formoso
 Eu passei... dava o Sol tanta luz!
 E os meus olhos que vagos giravam,
 Em seus olhos ardentes os pus.
 Que fez ela? eu que fiz? – Não no sei;
 Mas nessa hora a viver comecei...

(Almeida Garrett, *Folhas Caídas*)

O texto que segue é o que se poderia chamar “pequeno ensaio histórico”, ainda que, a bem da verdade, não o seja. Explicamos: seguindo delimitações espaço-temporais, longa é a data que nos separa destes amores de Pedro e Inês de Castro – são mais de 650 anos. Poucas são as referências fidedignas a respeito deste episódio histórico de amor e morte e muitas são as conjecturas para aquilo que se chamou “razões do Estado e razões do afeto”.

Ao pensar-se em um “esboço” biográfico de Pedro e Inês, era necessário refletir em relação a que caminho seguir: aquele cheio de brumas e ao qual se chama *histórico*, ou um de terreno extremamente fértil, a que se chama *literário*, *ficcional*. Ousamos seguir o caminho do meio, utilizando as meias-verdades, criando, talvez, a nossa própria vereda.

Transitando entre fatos e ficções fizemos nossa travessia. E, talvez, por nos situarmos entre ambos, estivéssemos todo o tempo em ambos. Procuramos, entretanto, manter em nossa narrativa – ou leitura, se for mais conveniente assim dizer – aquilo que de essencialmente passou à História como fato. Deixemos as

lendas aos artistas, para que as elevem a tal ponto que se confundam com a realidade.

Surge, então, uma dúvida: como distinguir a ficção da realidade? Quatro autores nos foram fundamentais: Fernão Lopes, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Antero de Figueiredo e Maria Leonor Machado de Sousa.

Fernão Lopes, tido com justiça como o patriarca dos historiadores portugueses, por todo o rigor com o qual buscava escrever suas crônicas. Disso, voltaremos a falar no momento oportuno. Carolina Michaëlis de Vasconcelos realiza uma atenta pesquisa abrangendo os aspectos filológico, poético e mítico “do mais enigmático dos enigmas portugueses”: a Saudade. Antero de Figueiredo foi um daqueles autores em que os olhos atentos do historiador se deixaram levar pela alma do poeta. Escreve um romance, em prosa que se pode dizer poética, em que muitas vezes a Arte predomina sobre a História. Muito devemos também às investigações de Maria Leonor Machado de Sousa, a maior estudiosa de Inês de Castro na atualidade.

Certamente, em maior ou menor proporção, servimo-nos de outras fontes para chegar ao texto que ora apresentamos, como, por exemplo, as investigações de historiadores e críticos propiciadas pelo “colóquio Inês de Castro” e a edição organizada e dirigida por A. Pedro Gil – *Os grandes julgamentos da História: o processo de D. Inês de Castro* –, que trazem novas luzes para esta tragédia de amor que tem comovido corações através dos tempos.

2.1 Inês de Castro e D. Pedro: mártires do amor

A 8 de abril de 1320, nasce em Coimbra o Infante D. Pedro, filho de D. Afonso (futuro rei) e D. Brites, neto do rei-trovador D. Denis e de D. Isabel. Somente aos quatro anos o Infante foi conhecido pelos avós, que o levaram à Sé de Lisboa e o ofertaram ao mártir São Vicente. A ocasião foi celebrada com grande festa. Diz-se que dos olhos de D. Denis caíram lágrimas de júbilo, por ali ter o futuro rei de Portugal, e de perdão, por ter encontrado a paz com o filho D. Afonso, após dura guerra entre ambos, que se alastrou por Portugal de 1320 a 1324, com alguns raros intervalos de paz. D. Afonso revoltara-se contra o pai por

lhe atribuir a intenção de preteri-lo na sucessão da coroa portuguesa por D. Afonso Sanches, seu irmão bastardo. Conforme ressalta José Hermano Saraiva

[...] os poucos episódios que se conhecem mostram que a luta excedeu as proporções de uma questão de família. O País dividiu-se em dois partidos e o infante revoltado contava com a força dos concelhos. O mentor da revolta era um plebeu que o infante fizera seu chanceler, um advogado de Beja, filho de um carpinteiro. Fontes coevas acusam-no de, “por formosas palavras”, ter induzido muitos dos concelhos e também fidalgos. As acusações dos revoltosos não eram só relativas à predileção do rei por D. Afonso Sanches, eram também as de que a justiça deixara de reinar no País; ora a palavra *justiça* tem, nessa época, muitas vezes a acepção de ordem social, equilíbrio entre grandes e pequenos.

Com o apoio das forças populares (que em alguns casos expulsaram os alcaides dos castelos), apoderou-se de muitas povoações: Leiria, Coimbra, Montemor-o-Velho, Feira, Gaia, Porto. Os moradores de Guimarães tinham também prometido entregar-lhe a vila, mas um nobre fiel ao rei, ajudado por grande número de cavaleiros, impediu a realização do plano; tal facto fê-lo incorrer em tal ódio dos povos que o rei autorizou a afortalezar a residência, para poder resistir à vingança do moradores da região. Numa Segunda campanha, o infante avançou sobre Lisboa; o rei saiu-lhe ao encontro, mas as tropas do concelho, que o acompanhavam, desertaram e passaram-se para o lado de D. Afonso. O último episódio da luta desenrolou-se em Santarém, que também tomara o partido do infante. O rei penetrou com os seus cavaleiros na povoação, contra a vontade dos moradores. Houve um combate sangrento e D. Dinis foi obrigado a ceder, decretando a expulsão do reino e o confisco de bens de D. Afonso Sanches, a demissão do nobre que se distinguira na defesa de Guimarães. Deram-se garantias de guerra lado a lado e perdoaram-se mutuamente as ofensas.⁴

Morto D. Denis, pouco depois de 1325, o pai de D. Pedro ascende ao trono português como D. Afonso IV. Imediatamente, o rei pensa em arranjar o casamento do filho. Para tanto, consegue do Papa João XXII uma bula permitindo ao infante casar-se com qualquer mulher, ainda que com certo grau de parentesco. O rei pretendia que o filho tomasse por esposa a princesa de Aragão ou de Castela, parentas mais ou menos próximas da coroa portuguesa.

Há que se destacar que o casamento de príncipes era basicamente uma instituição política, sendo a forma mais comum de selar os acordos de paz entre os reinos. Se no reinado de D. Denis se arranjou casamento com o reino de Aragão, visando a que ambas as coroas pudessem ter proteção mútua contra Castela, D. Afonso IV fê-lo diretamente com a coroa castelhana. Acordou-se que o monarca português concederia a Afonso XI, que já tinha casamento marcado com D. Constança Manuel, filha de D. João Manuel – senhor de muitas terras, além de

⁴ SARAIVA, José Hermano. História concisa de Portugal. 23. ed. Sintra: Europa-América, 2005. p. 88-89.

cronista e poeta – a mão da infanta D. Maria, o que o fez preferir a noiva em favor da filha de Afonso IV. Nessa nova situação, D. Pedro se casaria com D. Branca, filha do Infante D. Pedro de Castela e prima do rei Afonso XI.

Ainda criança, D. Branca é levada à corte portuguesa. Estabeleceu-se que, quando completassem doze anos, o casamento seria sacramentado. Desde cedo, no entanto, D. Branca mostrou-se de saúde fraca. Quando finalmente completaram a idade para se casarem, decidiu-se que seria mais conveniente esperar por mais dois anos, na esperança de que D. Branca pudesse ter sua saúde restabelecida. Não aconteceu. Decidiu-se em conselho, então, desatar de vez o matrimônio.

D. Afonso IV tratou, desde logo, de arranjar outro casamento para o seu filho. Mais uma vez o monarca português fez-se valer da política de casamentos. Consultados os conselheiros, pensou-se para mulher de D. Pedro a filha do rei de Aragão, a irmã do rei de França ou a filha do duque de Milão. Optou-se, afinal, por Constança Manuel, a mesma que tivera seu noivado desfeito com Afonso XI. Tal casamento seria uma tentativa de se estabelecer a paz entre Portugal e Castela.

Conforme destaca Manuela Mendonça, o monarca castelhano casou-se com D. Maria de Portugal em 1328, o que selou, temporariamente, a paz entre os reinos.

Porém, este consórcio não foi marcado pela felicidade, sendo certo que o rei preferiu uma amante, D. Leonor de Gusmão, impondo à real consorte um permanente retiro em Sevilha. Aí viveu a filha de Afonso IV com seu filho, Pedro, que nascera em 1334. Entretanto, Afonso XI teria, com a amante, dez outros filhos. Tal situação desagradava profundamente o rei de Portugal, que abriu um claro conflito com o genro. Esse conflito iria agudizar-se quando o rei português escolheu para noiva do sucessor régio, D. Pedro, a D. Constança Manuel. Era a jovem filha do poderoso D. João Manuel, tio de Afonso XI, com quem antes fora acordado casamento para a mesma jovem. Ora o rei de Castela preferira a noiva a favor da infanta D. Maria, o que levava D. João Manuel a perfilar-se no grupo que, em Castela, se opunha ao seu rei. O descontentamento do rei de Portugal pelo modo como Afonso XI procedia com D. Maria terá encontrado eco no fidalgo castelhano ofendido, o que viria a contribuir para a união de forças feita, que foi selada com o casamento do herdeiro português com D. Constança Manuel. Tal frente de oposição não agradou, naturalmente a Afonso XI, que decidiu dificultar a vinda da noiva para Portugal. De facto, feita a negociação do casamento em 1335, o mesmo só viria a realizar-se em 1340. Entretanto, D. Afonso IV decidira usar a força das armas, enfrentando o genro, para resolver o conflito.⁵

⁵ MENDONÇA, Manuela. “O tempo de Inês de Castro”. In. Colóquio Inês de Castro: actas 15 de janeiro de 2005. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005. p. 21-22.

A paz entre Portugal e Castela sobreveio apenas quando ambos os reinos sentiram a necessidade de unir forças para conter os muçulmanos que, no sul da Península Ibérica, constituíam uma séria ameaça para os reinos cristãos. Afonso IV intervém, por intermédio de D. Maria, junto ao genro. Em 30 de outubro de 1340, as coroas ibéricas saem vitoriosas da batalha que passou à História como do Salado. D. Constança Manuel pôde, finalmente, entrar em Portugal e receber todas as honras devidas a uma descendente dos reis de Leão, Castela e Aragão.

Em sua comitiva veio a dama galega Inês Pires de Castro, filha natural de D. Pedro Fernandes de Castro, dito da Guerra, grande senhor galego, e de D. Aldonza Soares de Valadares. Da mesma mãe tem como irmão D. Álvaro Pires de Castro, além de dois meios-irmãos, frutos do casamento do pai: D. Fernando e Joana de Castro. Vem, por parte do pai, de uma linhagem antiga e nobre, descendente do famoso D. Rodrigo Dias de Bivar, o Cid Campeador. Além disso, é bisneta do Rei Sancho IV de Castela. Desde tenra idade passa a ser criada por Tereza de Albuquerque, viúva de Afonso Sanches – o bastardo do rei D. Denis, meio-irmão do monarca português Afonso IV –, a quem Inês chamava mãe.

Com as bênçãos nupciais do arcebispo da Sé de Lisboa, o Infante e Constança se casam. O rei D. Afonso IV e D. Brites sentiram um especial contentamento, já que o filho se casava com uma mulher forte, vigorosa, em tudo diferente da fraca e estéril D. Branca de Castela. A nobreza e o povo assistiram à cerimônia, em tudo bela. A corte portuguesa estava em festa, mas não o coração do príncipe. O casamento, arranjado para apaziguar os ânimos de constantes conflitos entre o monarca português e D. Afonso XI não agradara ao Infante D. Pedro, que pretendia, por si mesmo, escolher sua mulher. Casou-se sem amor, pois nunca havia visto aquela que lhe davam em casamento. Tal fato o faz afastar-se cada vez mais de D. Constança.

Logo, o príncipe retomou a sua vida de monteiro, dedicando-se às caçadas diárias. Acima de tudo, queria manter-se afastado da corte. Acostumou-se a crescer livre, cavalgando pelos campos, pelos outeiros e pelas serras. Impetuoso, tudo que pudesse ser uma prisão não lhe agradava, tal como o seu casamento político, pelo bem da paz do reino. A princesa acostumou-se a viver assim, bastante só, encontrando satisfação em ser esposa do Infante de Portugal e, por isso, futura Rainha. Contentava-se, simplesmente, em ver a alegria do marido após um dia de montaria.

Rezam as lendas que foi em um dia de inverno, ouvindo os longos serões do Paço, onde se declamavam cantares de amor sem fim, que os olhos de D. Pedro, pela primeira vez, se encontraram com os de Inês de Castro. Ao lado de D. Constança, a dama usufruía os lazeres do dia-a-dia na corte. Sua formosura, seus encantos – os loiros cabelos a cair pelos ombros, os olhos verdes e brilhantes, o porte sereno e suave como o de uma garça a andar pelos jardins do paço, a pele branca como a da mais bela pérola, os lábios graciosos, a beleza com qualquer coisa de divino – fizeram-lhe valer o cognome “colo de garça”.

O Infante não tardou em mostrar grande simpatia e afeição pela bela Inês, que correspondia, em tudo, a esses sentimentos. O fogo da paixão arde no peito do casal. As razões do coração falam mais alto que os compromissos de Estado. O Infante passa a enfrentar todas as convenções da Corte, dispondo-se a desafiar a tudo e a todos por seus sentimentos.

O amor entre Pedro e Inês não fica despercebido de D. Constança. Talvez tudo fosse um impulso momentâneo, queria acreditar, e, por isso, passageiro. Talvez o Infante não fosse capaz de viver um tão grande amor. Ledo engano! Frustraram-se todas as tentativas de Constança Manuel de trazê-lo para si. Descobrimo-la grávida, encontra um fio de esperança para que seu desejo se realize. A criança haveria de acender em D. Pedro o sentimento paterno. Quando nasce o pequeno Luís, a mulher do Infante, na tentativa de separar o casal, convida Inês para madrinha do menino, criando entre os três um laço espiritual. D. Luís, entretanto, não sobreviveu ao primeiro ano de vida.

Os amores de Pedro e Inês ficaram conhecidos. D. Afonso IV, percebendo o escândalo que se tornara a paixão de seu filho pela dama e ouvindo as vozes que julgavam a relação do casal como uma afronta à moral e aos dogmas religiosos, força a moça ao exílio. D. Inês esconde-se no Castelo de Albuquerque, onde passara a infância. Contudo, a distância não foi capaz de separar o apaixonado casal. Inês e Pedro, por intermédio de amigos, continuaram comunicando-se por cartas.

Pouco a pouco D. Constança Manuel sucumbe, mais a uma fraqueza moral do que física. Lamentosa, saudosa de sua terra natal, descobre-se novamente grávida. Nasce a criança, uma menina, a quem dão o nome de Maria. Talvez fosse para a mãe a esperança e a alegria de viver.

O Infante vê-se, afinal, liberto das obrigações do matrimônio quando lhe morre a mulher, ao parir D. Fernando. Com a morte da esposa, D. Pedro traz a amada Inês de volta a Portugal, às terras de Lourinhã. Tempos depois se dirigem a Coimbra, instalando-se em uma Quinta próxima ao Mosteiro de Santa Clara, o mesmo em que vivera a veneranda rainha D. Isabel de Aragão.

Seguiram-se tempos felizes para o casal, em que puderam entregar-se àquele amor que pulsava em seus peitos. Longo tempo viveram o suspiro, a sensualidade, o gozo de um idílio. Saíam juntos a montar pelos campos. Frequentemente eram vistos a assistir às orações clericais. Conquistavam, cada vez mais, a simpatia da arraia-miúda das terras do norte, capaz de entender os corações do príncipe e de sua amada Inês. O Infante criava cada vez mais uma corte unida e forte, tratando a gente do povo com igualdade e zelo.

Quando partia solitário para as caçadas, por vezes D. Pedro ausentava-se durante algum tempo, às vezes dias. Daí vem uma imagem que a arte tratou de imortalizar:

Inês, para disfarçar as horas nocturnas da ausência, – para iludir saudades – desce dos Paços com suas aias até à borda do rio e, leve, regaçando com brancas mãos de anéis, sôbre o bico de um pequenino borzeguim recamado de prata, sua fraldilha de sêda amarela, entra num barco que, na quietação da noite clara, desliza na corrente mansa do Mondego.

No céu alto, as estrêlas lucilantes falam de Deus. É a hora dos místicos silêncios... Os corações pensam. As águas coaxam nos remos lentos; distantes, soluçam os sapos nos lameiros, e os rouxinóis cantam nos choupos das ínsuas nevoadas. Longe, nos montados da Beira, D. Pedro lembra-se da amada e o seu amor é forte e fragueiro como os penhascos das serras bravias!⁶

2.2

Razões do Estado, razões do afeto: “o grande desvayro”

Repugnando a mancebia do filho, D. Afonso IV mostrou-se interessado em que o Infante novamente se casasse. Buscou, para tanto, nomes de moças de sangue real. Uma vez mais, queria arranjar para o filho um casamento com forças políticas para Portugal. D. Pedro, porém, rejeita-as todas. D. Afonso IV resolve,

⁶ FIGUEIREDO, Antero de. *D. Pedro e D. Inês: “o grande desvayro”*. Lisboa: Bertrand, 1917. p. 91-92.

então, casá-lo com Inês de Castro. Envia emissários a D. Pedro, instando-o a legitimar sua união.

Ao tempo que ha Jfante D^a Constança, molher do Jfante D. Pedro, feleçeo, ele ficou moço de trimta e tres anos, idade muj comueniente pera ajmda auer de casar. E posto que delRey e da Rainha, seu padre e madre, e dos princypaes homens de Portuguall fose pera yso e com justas rezões acomselhado, e asym por elRey seu padre, requerido e amoestado que casase, ou dysese se D^a Ines era sua molher, pera ser por yso homrada e tratada de todos como ela mereçya, em vyda delRey sempre denegou, que ho casamento amtre eles era feito. Nem tam pouquo quis com houtra molher casar, pera que daua escusas e pejos que há soo por nom vomtade e afeição sem mays rezões fauorecyão. E ysto tudo era soo por nom deixar D^a Ines de Crasto, a que queria grande bem, e de que tinha os tres filhos e huma filha que dyse, a qual era sua sobrinha, filha de um seu prymo comjrmão⁷

O Infante não seguiu o conselho do pai. Para a recusa de D. Pedro, alguns fatores têm sido apontados: o fato de Inês ser filha natural, ainda que descendente de rei; o grau de parentesco que entre ambos havia, sendo primos, já que D. Beatriz (sua mãe) era tia de D. Pedro Fernandes de Castro; o laço espiritual que os unia; o fato de o Infante estar seguro de si o suficiente para não temer pela segurança de Inês de Castro. Ou, ainda mais provável, D. Pedro já estava casado com Inês, em um enlace realizado em segredo, não cabendo, portanto, casar-se uma segunda vez com a mesma mulher. D. Pedro haveria, um dia, quando já fosse rei, de tornar público o casamento, podendo então amar e honrar sua mulher como Rainha de Portugal.

Diante da recusa do filho, temendo a presença da dama galega em Portugal e a influência dos Castros, receando que os irmãos de Inês dominassem D. Pedro a ponto de se colocar a Coroa portuguesa em xeque, D. Afonso, ouvindo seus conselheiros, aconselha ao filho que Inês saia de Portugal. Para o bem do reino, acreditava ser necessário que se separasse D. Pedro de Inês de Castro. Mais uma vez, o Infante não obedece ao pai, percebendo que as ameaças não haveriam de ser executadas.

Corriam os anos e o impasse se mantinha. Consultado por seus conselheiros, D. Afonso IV pensou em enviar a Roma uma carta, rogando ao Papa que não permitisse a D. Pedro casar-se com Inês, acreditando que a melhor afastar decisão era a de afastar o casal, não lhes permitindo a união pelo matrimônio. Justificaria

⁷ TAROUCA, Carlos da Silva (ed.). *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*. Lisboa: Casa Cadaval, 1953. p. 365.

ao pontífice ser o relacionamento de ambos uma desonra para o reino de Portugal. Recua, porém. Prefere ir até a Inês de Castro. Queria muito bem à moça, mas as razões de Estado eram mais importantes que as do coração. Sugeriu uma separação, afinal D. Pedro não queria se casar com nenhuma moça. E todas as vezes que o rei procurava por Inês – sempre na ausência do Infante – a conversa terminava em impasse.

Havia, ainda, um outro fato desagradável ao monarca português: os irmãos de Inês incitavam cada vez mais D. Pedro para que ele lutasse pela coroa castelhana.

Sendo esta uma família de grande relevo em Castela, temia-se que pudesse vir a ter descendente em Portugal por via da influência de D. Inês sobre o futuro monarca. Com efeito, logo após a morte de Afonso XI em 1350, os irmãos bastardos do rei, D. Henrique, conde de Transtâmara e D. Fradique, mestre de Santiago, juntamente com o fidalgo português D. João Afonso de Albuquerque, conjuram contra a coroa. Fazendo Inês de Castro parte de uma família poderosa e descendente, apesar de ser por via bastarda, do rei Sancho IV de Castela, e havendo ligação com a família Albuquerque por via de Afonso Sanches, o bastardo de D. Dinis que casara com uma Albuquerque, o mesmo que levava D. Afonso IV a lutar contra o pai. Ora a revolta que estalara em 1350, em Castela contra o rei Pedro I, tinha como chefe precisamente João Afonso Albuquerque, filho de Afonso Sanches e, portanto, uma espécie de irmão adoptivo de Inês de Castro. Estranho seria que João Afonso não tivesse usado a influência sobre Inês para conseguir conquistar a simpatia de D. Pedro para a sua causa. O plano era relativamente simples: depois de terem conseguido destronar o filho de Afonso XI, iriam oferecer a coroa a D. Pedro, neto legítimo de Sancho de Castela. É nesse sentido que D. Álvaro Pires de Castro faz a proposta ao Infante D. Pedro. Tratava-se, sem dúvida, de uma proposta tentadora, mas [o Infante] não a aceitou, como era desejo de seu pai.⁸

D. Pedro recuou somente após muitos conflitos contra o pai. Afonso IV receava somente pela estabilidade do reino, que poderia ser ameaçado pelas coroas vizinhas. Por muitas vezes D. Afonso IV reuniu-se com seus conselheiros, buscando uma solução possível que não uma tragédia sangüinária. Talvez expulsar de vez Inês das terras lusitanas, enviando-lhe de volta à Espanha. Idéia que agradara a parte do conselho, mas desagradável à corte, que queria Inês morta. Os conselheiros mais íntimos de D. Afonso IV, Pero Coelho, Álvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco pressentiam grande perigo para o Reino, acreditando que os ambiciosos irmãos de Inês, intriguistas como eram, levariam Pedro a ser um mau rei. Continuamente os conselheiros incitaram D. Afonso IV –

⁸ MONTEIRO, Miguel Corrêa. “Razões de Estado e razões do Coração”. In. *Colóquio Inês de Castro*. p. 42-43

que muito prezava as razões de estado – a uma atitude que lhes parecia inevitável: executar Inês de Castro.

Ressalta o professor Ângelo Ribeiro que os conselheiros mais íntimos de D. Afonso IV, Pero Coelho, Álvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco

[...] presentiam grande perigo para Nação no predomínio crescente dos Castros no ânimo do príncipe. Intriguistas e ambiciosos como eram, levá-lo-iam a ser um mau rei, e, como o único esteio legítimo da dinastia era o pequeno infante Fernando, fácil lhes seria desfazer-se dele, para que sucedesse a D. Pedro, em caso de morte, um dos sobrinhos, filhos de Inês de Castro

Com o contínuo resmungar destas razões, desvairaram os conselheiros o espírito sensato de Afonso IV, para o qual a razão de Estado era tudo; e às repetidas sugestões dos cortesãos, no sentido de fazer desaparecer a amante do filho, cedeu o monarca finalmente.⁹

Logo que D. Afonso IV concedeu a palavra régia, organizou-se um processo político contra Inês de Castro. Ressalta A. Pedro Gil que:

Não existe um só documento escrito que constitua o verdadeiro "processo" de Inês de Castro, como não existe uma só peça do seu julgamento, pois que embora Inês houvesse sido julgada, as circunstâncias especiais implicaram uma apreciação do seu caso por D. Afonso IV e pelos do seu conselho, mas sem que das deliberações havidas se tenha qualquer relato escrito autêntico.¹⁰

Foi no dia 7 de janeiro de 1355. Esperar-se-ia apenas pela ausência do Infante, o que não tardou. Partindo de Montemor, o rei segue para Coimbra com o bispo do Porto, sacerdotes, nobres – dentre os quais Diogo Lopes Pacheco, Pero Coelho e Álvaro Gonçalves –, além de homens de armas. Chegando aos Paços de Santa Clara, o monarca ordena que se cerquem as casas. Diz-se que, por muitas vezes, pensou em recuar. Não queria derramar o sangue de uma inocente. Afonso IV sabia ser Inês inocente. E isso fazia crescer o rancor do pai para com o filho. Quantas e quantas vezes o Infante fora aconselhado dos perigos que Inês corria... Quantas e quantas vezes D. Pedro teimou em desobedecer as ordens do pai...

Tudo agora era um triste desconcerto. Sobem ao Paço o rei e o meirinhomor, com a sentença na mão. O que se segue é uma das mais tristes cenas de que se pode haver. Ao dar-se conta de toda aquela atmosfera de gravidade, Inês

⁹ RIBEIRO, Ângelo. “O episódio de Inês de Castro”. In. *Os grandes julgamentos da história: o processo de D. Inês de Castro*. Lisboa: Amigos do Livro, s/d, p. 107.

¹⁰ GIL, A. Pedro (org). *Os grandes julgamentos da história: o processo de D. Inês de Castro*. Lisboa: Amigos do Livro, s/d, p. 13-14.

desespera-se, apela, suplica em favor dos filhos. O rei hesita. Ela é inocente, afinal. Pressionado, porém, D. Afonso IV deixa vencerem as razões do Estado e morrer a do afeto. A bela dama é cruelmente assassinada.

Ao tomar ciência da crueldade, o coração de D. Pedro encheu-se de dor e ódio. Depressa retorna, com seus homens, ao Paço de Santa Clara. Desespera-se em agonia cada vez mais, e a cada vez em que clama por sua amada resta apenas o silêncio. Não há sítio que seja maior que o seu pesar. Assombrado pelo remorso, a culpa cai sobre o Infante. Não lhe faltaram avisos para proteger Inês contra a triste sina. Não havia, afinal, dignificado sua amada. Inês estava, agora, morta e enterrada.

Diz-se que D. Pedro, prostrado por uma grande febre, tocou as raias da loucura. Pelo curto período de tempo em que estava enfermo, não pensava em nada mais que no seu desejo de vingança. Uma obsessão, uma sede que haveria de ser saciada. Levantaria um exército contra o seu pai. Uma vez restabelecido, assim o fez. Apoiado por nobres que lhe eram caros, dentre os quais D. Fernando de Castro e D. Álvaro de Castro, o Infante, partindo do norte e indo em direção ao Porto, aumentava cada vez mais o número de partidários. Em cada vilarejo que D. Pedro e Inês eram queridos, o povo sofre da dor do príncipe. Aumentava-se o ódio contra o rei, contra os conselheiros régios e contra todos aqueles que consentiram na morte da amada de Pedro. O sonho da justiça guiava os paços daquele exército, composto de todo tipo de gente. Nobres e plebeus uniam-se por uma causa, uniam-se em um grito de justiça e vingança.

O Infante D. Pedro pela morte da dita D. Inês de Castro, e por saber que por seu respeito somente, e sem [culpa] alguma dela, há matarão, foi com razão tão anojado, e posto em tanta tristeza, que como danado andava para perder a esposa e a vida, sem algum remédio nem conforto. E porém, por alguma vingança e satisfação sua, ainda que fosse por meios tão contrários a ele, buscou e procurou logo todas as cousas em que pudesse deservir a elRey, seu padre, e destrahir seu Reino, e dar mortall castigo aos matadores dela, se pudese.¹¹

D. Pedro, preparado para a batalha, avança com o seu povo. Atravessando o reino, chegam ao Porto. Ali estava D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga, em nome de D. Afonso IV. Para viver ou para morrer, lutaria em nome do rei se fosse

¹¹ TAROUCA, Carlos da Silva (ed.). *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*. Lisboa: Casa Cadaval, 1953. p.368.

necessário. Da rainha-mãe, D. Brites, tinha uma missão: dissuadir o Infante da luta. A guerra, afinal, seria um erro, pois sangue inocente poderia ser derramado. E talvez isso, somente isso, tenha acalmado o coração do Infante. Pai e filho assinam em Canaveses, no dia 15 de agosto de 1355, o acordo de paz. D. Afonso IV delegara ao Infante grande parte do poder da Coroa. A D. Pedro restou aceitar – e jurar – o completo perdão.

Em 1357, quando estava com 37 anos, D. Pedro ascende ao trono. Logo ratifica os acordos políticos com os reinos vizinhos, especialmente com Castela. D. Pedro de Portugal e D. Pedro de Castela selam aliança, além de combinarem casamentos entre os seus filhos. Acordou-se que D. Fernando, herdeiro da coroa portuguesa, se casaria com D. Beatriz, Infanta de Castela. D. João e D. Denis, filhos de D. Pedro e Inês de Castro, com D. Constança e D. Isabel, filhas de D. Pedro de Castela e de sua amante Maria de Padilla.

Todas as alianças políticas decorriam de uma idéia que lhe desvairava a mente: o desejo de fazer justiça contra aqueles que consentiram e, sobretudo, executaram o assassinio de Inês de Castro. Assina com o soberano de Castela um acordo de extradição: a coroa portuguesa comprometer-se-ia a extraditar os criminosos políticos castelhanos; Castela entregaria Pero Coelho, Diogo Lopes Pacheco e Álvaro Gonçalves. Estes três, ainda em vida de D. Afonso IV, refugiaram-se em Castela, a conselho do monarca português.

Cumpriu-se o acordo. Fernando Guidel de Toledo, Mem Rodrigo Tenório e Fernão Sanches Calderon, expatriados castelhanos, foram entregues na fronteira entre os dois reinos e sentenciados em Sevilha. D. Pedro de Castela enviou para Portugal Álvaro Gonçalves e Pero Coelho. Reza a tradição que Diogo Pacheco teria sido salvo por um mendigo a quem ajudava, dando esmolas, tendo ambos trocado, entre si, suas vestes. Daí fugira para Aragão e posteriormente para a França. Os algozes da bela Inês foram executados nos paços reais de Santarém. Uma espantosa e macabra execução: o povo, atônito, viu Pero Coelho e Álvaro Gonçalves terem seus corações arrancados – o primeiro pelo peito, o segundo pelas costas – enquanto o rei trinchava e comia sua refeição, fartando-se de vinho, assistindo à tortura dos algozes de Inês de Castro. A seguir, o rei mandou que seus corações fossem queimados.

Não foi por crueldade, como geralmente se supõe, que D. Pedro mandou arrancar, a um pelas costas, a outro pelo peito, os corações de Pero Coelho e Álvaro Gonçalves. Êste movimento de vingança foi guiado pelas idéias do tempo – pelas leis da "justiça simbólica", que prevalecia ainda e que tinha raízes na primitiva lei de talião, cuja fórmula penal era "ôlho por ôlho", "dente por dente". O órgão delinqüente (a língua para o blasfemo, a mão para o ladrão, etc., etc.) era o principal responsável pela culpa. Tôda a alma criminoso se concentrava nesse órgão, ao qual se dirigia a justiça, amputando-o, e a vingança pessoal, cravando nêle seus rancores. [...] Na Idade-Média, o coração era, entre cavaleiros, o órgão da lealdade. Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, conluiando-se com o rei e com outros, para ordenar a execução de Inês de Castro, às escondidas, faltaram à lealdade para com o infante – cometeram traição. Os seus corações passaram a ser traidores, e por isso deviam ser punidos. D. Pedro estava dentro dos costumes do tempo.¹²

A sede de vingança estava saciada. A alma e o coração do rei estavam, porém, inquietos. Em 12 de junho de 1360, nas terras de Castanhede, D. Pedro declara, tendo as mãos postas nas Sagradas Escrituras, apresentando como testemunhas D. Gil, bispo da Guarda, e Estevão Lobato, seu criado, que ainda Infante, em data que não sabia precisar, casara-se com Inês de Castro. Realizara um casamento secreto, somente agora declarado por não querer desgostar o pai. Jurou-o D. Pedro solenemente.

A partir de então, o rei preocupa-se em preservar a memória de Inês de Castro. Queria trasladar o cadáver de sua mulher do Mosteiro de Santa Clara para um que fosse mais reservado, mais afastado das cidades. Após muito meditar, resolveu-se por Santa Maria de Alcobaça, longe de Coimbra – que para o rei representava terras de muitas saudades. D. Pedro passa a arquitetar como haveria de ser o túmulo da amada. Pretendia algo magnífico, superior a todos aqueles de que se tinha notícia. Em seus desvarios apaixonados, decidiu que mandaria fazer um túmulo apenas, em que ele e Inês, sob suas estátuas coroadas, dando-se as mãos, repousariam no sono da morte, até ao Dia do Juízo. Os monges alcobacenses, a quem repugnava a idéia, considerada por eles mundana, dissuadiram o rei de concluir a obra.

Muito se pensou até que D. Pedro decidiu como haveria de ser. Relata o cronista Fernão Lopes que o Infante

[...] mandou fazer huum muimento dalva pedra, todo mui sotillmente obrado, poemdo emlevada sobre a campãa de çima a imagem della com coroa na cabeça, como se fora Rainha; e este muimento mandou poer no moesteiro Dalcobaça, nom aa emtrada hu jazem os Reis, mas demtro na egreja ha maão direita, açerca da

¹² FIGUEIREDO, Antero de. *D. Pedro e D. Inês: "o grande desvayro"*. Lisboa: Bertrand, 1917. p. 268-270.

capella moor. E fez trazer o seu corpo do mosteiro de Samta Clara de Coimbra, hu jazia, ho mais homrradamente que se fazer pode, ca ella viinha em huumas andas, muito bem corregidas pera tal tempo, as quaaes tragiam gramdes cavalleiros, acompanhadas de gramdes fidalgos, e muita outra gente, e donas, e domzellas, e muita creelezia. Pelo caminho estavom muitos homeens com çirios nas mãos, de tal guisa hordenados, que sempre o seu corpo foi per todo o caminho per antre çirios açesos; e assi chegarom ataa o dito moesteiro, que eram dalli dezassete legoas, omde com muitas missas e gram solenidade foi posto em aquel muimento: e foi esta a mais homrrada trelladaçom, que ataa aquel tempo em Portugal fora vista.¹³

Ao lado da arca tumular da amada, D. Pedro mandou construir a sua, de igual encanto, mas diferente nos pormenores. Se a arca tumular de Inês é toda adornada com motivos religiosos, nesta haveriam de ser retratadas cenas da vida desse apaixonado casal. Cenas de eterna saudade. Em seu túmulo grava a crença na eternidade: A: E · AFIN □ DO MVDO – “até a fim do mundo”. Fora o ato final do grande desvario amoroso do rei. Levantara-se o galardão do amor. Honrara-se Inês de Castro, Rainha de Portugal.

Ainda reinou cerca de cinco anos depois da trasladação dos restos mortais de D. Inês para o formoso túmulo, no mosteiro de Alcobça. A partir de então, dir-se-ia que a sua inquietação interior se apaziguara. Fizera à mulher amada a mais aparatosa reabilitação moral que lhe fora possível. Repousava, finalmente, das suas esgotantes angústias.

Já o vergava uma velhice precoce. Aos quarenta e seis anos aparentava contar sessenta. A sua barba, tão sedosa e loura na mocidade, tornara-se de um ruço sujo, como que de estopa, como o cabelo, que, faltando-lhe nas tēmporas, já o ameaçava de calvície. A epiderme, perdendo o tom rosado, volvia-se marfínea. Apagara-se a chama que outrora ardia nos seus olhos negros, que eram agora brasas amortecidas, a extinguir-se sob a cinza dos desgostos. Parecia não temer muito que a morte – a doce amiga dos que já nada esperam deste Mundo – o viesse buscar para o depor no outro formoso túmulo que o esperava junto da que fora a substância da sua própria vida.¹⁴

Depois da morte de Inês de Castro, D. Pedro não se casou outra vez. Teve, apenas, de uma dama chamada Teresa Lourenço, um filho chamado João, mestre de Avis, futuro D. João I, que inaugurará uma nova dinastia em Portugal. Por dez anos reinou D. Pedro, sempre a andar pelo reino espalhando a justiça. Era juiz inexorável castigando as mais diversas faltas. Obcecado pela justiça que não tarda em aplicar, logo lhe vem o cognome de “Justiceiro”, porque para nobres ou

¹³ LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1963, p. 106-107.

¹⁴ DOMINGUES, Mário. *Inês de Castro na vida de D. Pedro*. 2. ed. Lisboa: Romano Torres, 1961. p. 333.

plebeus, clérigos ou leigos, a justiça é igual. Suas sentenças inclementes valeram-lhe o nome de “Pedro, o Cru”. Reinava com absoluto poder, sabendo ouvir as cortes. Deleitava-se nas caçadas, imaginava festas grandiosas. Punha-se infindáveis vezes a chorar saudades de amor. Viva para o reino, pouco se importando com políticas externas. Foi um rei amado pelo seu povo, capaz de entender o coração do rei que viveu e sofreu pelo amor de Inês de Castro.

Amava muito de fazer justiça com direito. E assim como quem faz correição andava pelo reino; e visitada uma parte não se esquecia de outra, em guisa que poucas vezes acabava um mês em cada lugar de estada. Foi muito mantenedor de suas leis e grande executor das sentenças julgadas; e trabalhava-se quanto podia de as gentes não serem gastadas por azo de demandas e prolongados pleitos. E se a escritura afirma que por o rei não fazer justiça vêm as tempestades e tribulações sobre o povo, não se pode assim dizer deste, cá não achamos enquanto reinou que a nenhum perdoasse morte de alguma pessoa nem que a merecesse por outra guisa, nem lha mudasse em tal pena por que pudesse escapar a vida.¹⁵

Morre, de forma quase repentina, aos quarenta e sete anos, a 18 de janeiro de 1367, em Estremoz. “e diziam as gentes, que taes dez annos numca ouve em Portugal, como estes que reinara elRei Dom Pedro”.¹⁶

¹⁵ LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1963, p. 46.

¹⁶ LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1963, p. 202.